



ESTADO DE MASSACHUSETTS
Departamento de Acidentes de Trabalho
Departamento de Educação e Reabilitação Profissional (OEVR)

O que é a Reabilitação Profissional?

Embora a maioria dos trabalhadores acidentados regresse aos seus empregos anteriores, por vezes a natureza da lesão torna impossível esse regresso. A Reabilitação Profissional (RP) ajuda o trabalhador acidentado a encontrar um novo emprego ou a receber formação para uma nova carreira profissional. A RP presta estes serviços não carácter não médico, que incluem testes vocacionais, aconselhamento e ajuda na colocação num emprego. O Departamento de Educação e Reabilitação Profissional (OEVR) providencia os serviços de reabilitação profissional mediante a indicação das seguradoras. O OEVR não presta directamente estes serviços.

Quem pode requerer os serviços de RP?

Qualquer trabalhador acidentado pode requerê-los, contudo, para se determinar os que lhe convêm, o trabalhador acidentado deve:

- Conseguir que a seguradora assuma a responsabilidade;
- Estar estável em termos médicos ou quase;
- Ter limitações funcionais significativas;
- A RP ser viável e eficiente em termos de custos.

Como posso requerer os serviços de RP?

Pode requerê-los seguindo os seguintes passos:

- Efectuar o pedido na região onde o seu caso está a ser avaliado preenchendo um formulário de entrega a solicitar uma reunião obrigatória. Pode obter o formulário de entrega no sítio do DIA (www.mass.gov/dia) ou solicitá-lo ao Funcionário Regional de Avaliação (ver também os formulários de entrega neste quadro de anúncios). Preencha integralmente o formulário de entrega. O seu advogado pode também ajudá-lo a preencher este formulário.
- Anexe todas as informações pertinentes como indicado no formulário de entrega. Isto inclui relatórios médicos, com menos de seis meses de antiguidade, bem como uma cópia do seu acordo de pagamento único, se aplicável.

- Envie seu formulário de entrega preenchido e os documentos anexos para a respectiva região onde o seu caso está a ser avaliado, à atenção do Departamento de Educação e Reabilitação Profissional (OEVV).
- Um Funcionário Regional de Avaliação entrará em contacto consigo entre duas ou quatro semanas para marcar uma reunião.

Quem determina se sou elegível para serviços de RP?

O Departamento de Educação e Reabilitação Profissional avalia o seu historial clínico, educacional e laboral. Se for considerado elegível, o OEVR solicitará à seguradora para que tome as medidas necessárias para lhe prestar os serviços de reabilitação profissional.

Se for considerado elegível para serviços de RP, a seguradora fornecer-me-á os serviços?

A seguradora é obrigada a fornecer-lhe os serviços de RP após o OEVR o considerar elegível. Em determinadas circunstâncias, também podem ser utilizados fundos fiduciários *(de acordo com a aprovação do Director do OEVR e a disponibilidade desses fundos)*.

A RP significa que terei de voltar à escola para receber nova formação?

O processo de RP está vocacionado para o emprego e tem por objectivo fazê-lo regressar ao mercado de trabalho da forma mais conveniente e rentável. Tentar-se-á que volte a trabalhar com o mesmo empregador e no mesmo posto de trabalho. Se isto não for possível, serão então investigadas as seguintes opções pela ordem que aparecem a seguir:

- Se não puder voltar ao mesmo posto de trabalho serão feitos todos os esforços para modificar o seu posto de trabalho de modo a poder voltar ao mesmo empregador;
- Se isto não resultar, todos os esforços serão empreendidos para encontrar outro posto de trabalho no mesmo empregador;
- Se isto não resultar, serão feitos esforços para encontrar um posto de trabalho noutra empresa;
- A reconversão profissional é uma opção a que só se avaliará depois de serem eliminadas todas as opções anteriores.

A seguradora pode disponibilizar-me um dinheiro suplementar, como parte do meu Pagamento Único, para eu mesmo tratar da minha própria reabilitação profissional?

Não. O custo dos serviços de reabilitação profissional (aconselhamento e testes vocacionais, procura de emprego, modificação do emprego, etc.), não pode fazer parte do acordo de Pagamento Único. Segundo está claramente estabelecido na Lei de Acidentes de Trabalho se, em qualquer altura, decidir resolver o seu caso num pagamento único “o referido acordo [de liquidação] não anulará a responsabilidade pelo pagamento dos tratamentos médicos ou profissionais relativos à [sua] lesão.”

Art. §48(2), capítulo 152, Leis Gerais de Massachusetts (MGL). Além disso, “não será acordado [nenhum] pagamento único entre uma seguradora e um empregado que tenha sido considerado como tendo direito aos serviços de reabilitação profissional pelo Departamento de Educação e Reabilitação Profissional, que não tenha concluído um programa de

reabilitação adequado. .., sem o prévio consentimento expreso por escrito do referido departamento.” Artigo 30G, 48(3), capítulo 152, MGL. “Qualquer empregado que receba um montante em violação do [art. 48(3), ou seja, sem o consentimento do OEVR], terá o direito de reabrir a sua reclamação para um indemnização.” Id.

Se resolver o meu caso antes da determinação de elegibilidade para a reabilitação profissional, perco o direito de procurar serviços de reabilitação profissional através do OEVR?

Não. Pode procurar a reabilitação profissional dentro do período de 2 (dois) anos após a aprovação do acordo de liquidação num pagamento único. Ver art. 48(2), capítulo 152, MGL.

Sou obrigado a aceitar os serviços de RP?

Não. Contudo, se este departamento o considerar elegível para serviços de reabilitação profissional e não participar em nenhum programa de reabilitação profissional, a indemnização semanal pode ser reduzida em 15%.

Ser-me-á garantido um emprego?

Não. Ninguém pode garantir-lhe que lhe oferecem um emprego. O Funcionário Regional de Reabilitação encarregado do seu caso supervisionará a evolução nos seus esforços activos de reinserção laboral.

E se necessitar de uma prótese?

O Funcionário Regional de Reabilitação determina se um empregado necessita de um dispositivo ou aparelho mecânico ou de um olho ou membro artificial, para se reintegrar ou continuar a trabalhar na profissão, art. 30, parágrafo 4, capítulo 152, MGL